



# Sumário

Nota à 20ª edição, xxiii

Nota introdutória, xxv

## 1 ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO, 1

- 1.1 Formação do Direito Administrativo, 1
- 1.2 Contribuição do direito francês, 4
- 1.3 Direito administrativo alemão, 8
- 1.4 Direito administrativo italiano, 10
- 1.5 Direito administrativo anglo-americano, 11
- 1.6 Direito administrativo brasileiro, 20
- 1.7 O direito administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística e da *common law*, 22
- 1.8 Tendências atuais do direito administrativo brasileiro, 27
- 1.9 Objeto do Direito Administrativo, 35
  - 1.9.1 Escola legalista, exegetica, empírica ou caótica, 37
  - 1.9.2 Direito administrativo e ciência da administração, 37
  - 1.9.3 Critério técnico-científico de estudo do direito administrativo, 38
- 1.10 Conceito de Direito Administrativo, 39
  - 1.10.1 Escola do serviço público, 39
  - 1.10.2 Critério do Poder Executivo, 40
  - 1.10.3 Critério das relações jurídicas, 41
  - 1.10.4 Critério teleológico, 41
  - 1.10.5 Critério negativo ou residual, 41
  - 1.10.6 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado, 42
  - 1.10.7 Critério da administração pública, 42
  - 1.10.8 Nossa definição, 43

## 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 44

- 2.1 O vocábulo *administração*, 44
- 2.2 A expressão *Administração Pública*, 45
- 2.3 Administração pública e governo, 46
  - 2.3.1 Aspecto objetivo, 46
  - 2.3.2 Aspecto subjetivo, 47
- 2.4 Administração pública em sentido estrito, 49
- 2.5 Administração pública em sentido objetivo, 50
- 2.6 Administração pública em sentido subjetivo, 52

### **3 REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, 54**

- 3.1 Regimes público e privado na administração pública, 54
- 3.2 Regime jurídico-administrativo, 55
- 3.3 Princípios da administração pública, 57
  - 3.3.1 Legalidade, 58
  - 3.3.2 Supremacia do interesse público, 59
  - 3.3.3 Impessoalidade, 62
  - 3.3.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade, 63
  - 3.3.5 Especialidade, 63
  - 3.3.6 Controle ou tutela, 64
  - 3.3.7 Autotutela, 64
  - 3.3.8 Hierarquia, 64
  - 3.3.9 Continuidade do serviço público, 65
  - 3.3.10 Publicidade, 66
  - 3.3.11 Moralidade administrativa, 68
  - 3.3.12 Razoabilidade e proporcionalidade, 71
  - 3.3.13 Motivação, 73
  - 3.3.14 Eficiência, 74
  - 3.3.15 Segurança jurídica, 76
- 3.4 Poderes da administração, 77
  - 3.4.1 Normativo, 78
  - 3.4.2 Disciplinar, 82
  - 3.4.3 Decorrentes da hierarquia, 83

### **4 SERVIÇOS PÚBLICOS, 86**

- 4.1 Conceito, 86
  - 4.1.1 Serviço público em sentido amplo, 86
  - 4.1.2 Serviço público em sentido restrito, 87
  - 4.1.3 Evolução, 88
  - 4.1.4 Conclusões quanto ao conceito, 89
- 4.2 Elementos da definição, 90
  - 4.2.1 Elemento subjetivo, 90
  - 4.2.2 Elemento formal, 91
  - 4.2.3 Elemento material, 91
- 4.3 A pretensa crise na noção de serviço público, 92
- 4.4 Princípios, 95
- 4.5 Classificação, 96

### **5 PODER DE POLÍCIA, 101**

- 5.1 Introdução, 101
- 5.2 Evolução, 102
- 5.3 Conceito, 103
- 5.4 Polícia administrativa e judiciária, 105
- 5.5 Meios de atuação, 106
- 5.6 Características, 106
- 5.7 Limites, 108

### **6 RESTRIÇÕES DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA, 110**

- 6.1 Evolução, 110
- 6.2 Modalidades, 111
- 6.3 Fundamento, 112
- 6.4 Função social da propriedade, 114
- 6.5 Limitações administrativas, 117
- 6.6 Ocupação temporária, 120

- 6.7 Requisição administrativa, 122
- 6.8 Tombamento, 123
  - 6.8.1 Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 123
  - 6.8.2 Conceito e características, 125
  - 6.8.3 Objeto, 126
  - 6.8.4 Modalidades, 126
  - 6.8.5 Procedimento, 127
  - 6.8.6 Efeitos, 130
  - 6.8.7 Natureza jurídica, 133
- 6.9 Servidão administrativa, 134
  - 6.9.1 Servidão na teoria geral do direito, 134
  - 6.9.2 Servidão de direito privado e de direito público, 134
  - 6.9.3 Servidão administrativa e limitação administrativa, 136
  - 6.9.4 Conceito, 136
  - 6.9.5 Forma de constituição, 137
  - 6.9.6 Extinção, 138
  - 6.9.7 Direito à indenização, 139
  - 6.9.8 Modalidades, 140
    - 6.9.8.1 Servidão sobre terrenos marginais, 140
    - 6.9.8.2 Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos, 140
    - 6.9.8.3 Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional, 141
    - 6.9.8.4 Servidão em torno de aeródromos e heliportos, 141
    - 6.9.8.5 Servidão militar, 141
    - 6.9.8.6 Servidão de aqueduto, 142
    - 6.9.8.7 Servidão de energia elétrica, 142
- 6.10 Desapropriação, 143
  - 6.10.1 Evolução no direito brasileiro, 143
  - 6.10.2 Conceito, 145
  - 6.10.3 Modalidades de desapropriação sancionatória, 145
  - 6.10.4 Procedimento, 148
  - 6.10.5 Sujeitos ativo e passivo, 153
  - 6.10.6 Pressupostos, 154
  - 6.10.7 Objeto, 156
  - 6.10.8 Indenização, 157
  - 6.10.9 Natureza jurídica, 162
  - 6.10.10 Imissão provisória na posse, 164
  - 6.10.11 Destino dos bens desapropriados, 166
  - 6.10.12 Desapropriação indireta, 169
  - 6.10.13 Retrocessão, 170
- 7 ATOS ADMINISTRATIVOS, 175**
  - 7.1 Fatos da administração, 175
  - 7.2 Atos da administração, 175
  - 7.3 Origem da expressão, 176
  - 7.4 Conceito, 177
  - 7.5 Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos, 181
  - 7.6 Atributos, 182
    - 7.6.1 Presunção de legitimidade e veracidade, 182
    - 7.6.2 Imperatividade, 185
    - 7.6.3 Auto-executoriedade, 185
    - 7.6.4 Tipicidade, 186
  - 7.7 Elementos, 187

- 7.7.1 Sujeito, 188
- 7.7.2 Objeto, 191
- 7.7.3 Forma, 192
- 7.7.4 Finalidade, 194
- 7.7.5 Motivo, 195
- 7.8 Discricionariedade e vinculação, 196
  - 7.8.1 Conceito, 196
  - 7.8.2 Justificação, 197
  - 7.8.3 Âmbito de aplicação da discricionariedade, 198
  - 7.8.4 Legalidade e mérito do ato administrativo, 201
  - 7.8.5 Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário, 202
- 7.9 Classificação, 204
- 7.10 Atos administrativos em espécie, 210
  - 7.10.1 Quanto ao conteúdo, 210
    - 7.10.1.1 Autorização, 210
    - 7.10.1.2 Licença, 213
    - 7.10.1.3 Admissão, 213
    - 7.10.1.4 Permissão, 213
    - 7.10.1.5 Aprovação, 214
    - 7.10.1.6 Homologação, 214
    - 7.10.1.7 Parecer, 215
    - 7.10.1.8 Visto, 215
  - 7.10.2 Quanto à forma, 216
    - 7.10.2.1 Decreto, 216
    - 7.10.2.2 Resolução e portaria, 216
    - 7.10.2.3 Circular, 217
    - 7.10.2.4 Despacho, 217
    - 7.10.2.5 Alvará, 218
- 7.11 Extinção, 218
  - 7.11.1 Modalidades, 218
  - 7.11.2 Anulação ou invalidação, 219
    - 7.11.2.1 Conceito, efeitos e natureza, 219
    - 7.11.2.2 Vícios: peculiaridades no direito administrativo, 220
    - 7.11.2.3 Vícios relativos ao sujeito, 221
    - 7.11.2.4 Vícios relativos ao objeto, 223
    - 7.11.2.5 Vícios relativos à forma, 224
    - 7.11.2.6 Vícios quanto ao motivo, 224
    - 7.11.2.7 Vícios relativos à finalidade, 225
    - 7.11.2.8 Consequências decorrentes dos vícios, 225
    - 7.11.2.9 Atos administrativos nulos e anuláveis, 227
    - 7.11.2.10 Convalidação, 228
    - 7.11.2.11 Confirmação, 230
  - 7.11.3 Revogação, 231

## **8 CONTRATO ADMINISTRATIVO, 233**

- 8.1 Contratos da administração, 233
- 8.2 Divergências doutrinárias, 233
- 8.3 O contrato administrativo como espécie do gênero contrato, 235
- 8.4 Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado, 238
- 8.5 Direito positivo, 241
  - 8.5.1 Normas constitucionais, 241
  - 8.5.2 Legislação ordinária, 241
- 8.6 Características dos contratos administrativos, 243
  - 8.6.1 Presença da Administração Pública como Poder Público, 243

- 8.6.2 Finalidade pública, 243
  - 8.6.3 Obediência à forma prescrita em lei, 244
  - 8.6.4 Procedimento legal, 248
  - 8.6.5 Contrato de adesão, 249
  - 8.6.6 Natureza *intuitu personae*, 249
  - 8.6.7 Presença das cláusulas exorbitantes, 249
    - 8.6.7.1 Exigência de garantia, 249
    - 8.6.7.2 Alteração unilateral, 250
    - 8.6.7.3 Rescisão unilateral, 251
    - 8.6.7.4 Fiscalização, 252
    - 8.6.7.5 Aplicação de penalidades, 253
    - 8.6.7.6 Anulação, 254
    - 8.6.7.7 Retomada do objeto, 255
    - 8.6.7.8 Restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*, 255
  - 8.6.8 Mutabilidade, 256
    - 8.6.8.1 Álea administrativa: alteração unilateral do contrato, 258
    - 8.6.8.2 Álea administrativa: fato do príncipe, 259
    - 8.6.8.3 Álea administrativa: fato da administração, 260
    - 8.6.8.4 Álea econômica: teoria da imprevisão, 262
  - 8.7 Rescisão do contrato administrativo, 265
  - 8.8 Modalidades de contratos administrativos, 266
    - 8.8.1 Concessão, 267
      - 8.8.1.1 Conceito e modalidades, 267
      - 8.8.1.2 Natureza jurídica, 269
      - 8.8.1.3 Concessão de serviço público, 271
        - 8.8.1.3.1 Evolução, 271
        - 8.8.1.3.2 Conceito e características, 273
        - 8.8.1.3.3 Concessão, permissão e autorização de serviço público, 280
      - 8.8.1.4 Parcerias público-privadas, 283
        - 8.8.1.4.1 Direito positivo, 283
        - 8.8.1.4.2 Conceito e modalidades, 284
        - 8.8.1.4.3 Concessão patrocinada, 285
        - 8.8.1.4.4 Concessão administrativa, 289
        - 8.8.1.4.5 Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa, 292
        - 8.8.1.4.6 Da licitação, 294
        - 8.8.1.4.7 Normas aplicáveis apenas à União, 300
      - 8.8.1.5 Concessão de obra pública, 304
      - 8.8.1.6 Concessão de uso, 306
    - 8.8.2 Contratos de obra pública e de prestação de serviços, 306
      - 8.8.2.1 Empreitada, 308
      - 8.8.2.2 Administração contratada, 310
      - 8.8.2.3 Tarefa, 311
    - 8.8.3 Contrato de fornecimento, 311
  - 8.9 Contrato de gestão, 312
  - 8.10 Convênio, 314
  - 8.11 Consórcio administrativo, 318
  - 8.12 Terceirização, 319
- 9 LICITAÇÃO, 325**
- 9.1 Conceito, 325
  - 9.2 Direito positivo, 326
  - 9.3 Princípios, 328

- 9.3.1 Princípio da igualdade, 330
- 9.3.2 Princípio da legalidade, 332
- 9.3.3 Princípio da impessoalidade, 333
- 9.3.4 Princípio da moralidade e da probidade, 333
- 9.3.5 Princípio da publicidade, 333
- 9.3.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 334
- 9.3.7 Princípio do julgamento objetivo, 335
- 9.3.8 Princípio da adjudicação compulsória, 336
- 9.3.9 Princípio da ampla defesa, 336
- 9.4 Obrigatoriedade de licitação, 337
- 9.5 Dispensa e inexigibilidade, 338
- 9.6 Modalidades, 350
  - 9.6.1 Concorrência, 353
  - 9.6.2 Tomada de preços, 353
  - 9.6.3 Convite, 355
  - 9.6.4 Concurso, 357
  - 9.6.5 Leilão, 357
  - 9.6.6 Pregão, 358
- 9.7 Procedimento, 358
  - 9.7.1 Procedimento da concorrência, 360
    - 9.7.1.1 Edital, 360
    - 9.7.1.2 Habilitação, 361
    - 9.7.1.3 Classificação, 366
    - 9.7.1.4 Homologação, 369
    - 9.7.1.5 Adjudicação, 370
  - 9.7.2 Procedimento da tomada de preços, 371
  - 9.7.3 Procedimento do convite, 371
  - 9.7.4 Procedimento do concurso, 372
  - 9.7.5 Procedimento do leilão, 372
  - 9.7.6 Procedimento do pregão, 372
- 9.8 Anulação e revogação, 376
- 9.9 Recursos administrativos, 377

## 10 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, 380

- 10.1 Descentralização, 380
  - 10.1.1 Descentralização e desconcentração, 380
  - 10.1.2 Descentralização política e administrativa, 380
  - 10.1.3 Modalidades de descentralização administrativa, 381
    - 10.1.3.1 Descentralização territorial, 381
    - 10.1.3.2 Descentralização por serviços, 382
    - 10.1.3.3 Descentralização por colaboração, 384
  - 10.1.4 Evolução, 385
  - 10.1.5 A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro, 387
    - 10.1.5.1 A confusão do legislador, 387
    - 10.1.5.2 A expressão *administração indireta* na Constituição, 391
- 10.2 Entidades da administração indireta, 392
  - 10.2.1 Modalidades e natureza jurídica, 392
  - 10.2.2 Regime jurídico, 393
- 10.3 Autarquias, 397
  - 10.3.1 O vocábulo *autarquia*, 397
  - 10.3.2 Evolução no direito brasileiro, 398
  - 10.3.3 Conceito e características, 399
  - 10.3.4 Posição perante a administração pública e terceiros, 400
  - 10.3.5 Classificação, 401

- 10.4 Fundação, 403
  - 10.4.1 Natureza jurídica e conceito, 403
  - 10.4.2 Fundação de direito privado, 405
  - 10.4.3 Direito positivo brasileiro, 408
  - 10.4.4 Fundação de direito público, 411
- 10.5 Empresas estatais, 412
  - 10.5.1 Alcance da expressão, 412
  - 10.5.2 Distinção quanto ao tipo de atividade, 412
  - 10.5.3 Sociedade de economia mista e empresa pública, 414
    - 10.5.3.1 Traços comuns, 414
    - 10.5.3.2 Traços distintivos, 418
- 10.6 Normas comuns às entidades da administração indireta, 421
- 10.7 Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas, 428
- 10.8 Natureza jurídica dos bens das entidades da administração indireta, 428
- 10.9 Agências, 430
  - 10.9.1 Considerações gerais, 430
  - 10.9.2 Agência executiva, 432
  - 10.9.3 Agência reguladora, 434
- 10.10 Consórcio público, 439
  - 10.10.1 Considerações gerais, 439
  - 10.10.2 Conceito e natureza jurídica, 442
  - 10.10.3 Constituição, alteração e extinção do consórcio, 445
  - 10.10.4 Contratos de rateio, 447
  - 10.10.5 Contratos de programa e convênios de cooperação, 448
- 10.11 Controle administrativo ou tutela das entidades da administração indireta, 451

## 11 ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR, 455

- 11.1 As expressões *entidade paraestatal* e *terceiro setor*, 455
- 11.2 Serviços sociais autônomos, 458
- 11.3 Entidades de apoio, 459
- 11.4 Organizações sociais, 461
- 11.5 Organização da sociedade civil de interesse público, 465

## 12 ÓRGÃOS PÚBLICOS, 470

- 12.1 Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos, 470
- 12.2 Conceito, 471
- 12.3 Natureza, 472
- 12.4 Classificação, 473

## 13 SERVIDORES PÚBLICOS, 475

- 13.1 Terminologia, 475
- 13.2 Agentes públicos, 476
  - 13.2.1 Agentes políticos, 476
  - 13.2.2 Servidores públicos, 478
  - 13.2.3 Militares, 481
  - 13.2.4 Particulares em colaboração com o Poder Público, 482
- 13.3 Cargo, emprego e função, 483
- 13.4 Normas constitucionais, 486
  - 13.4.1 Regime jurídico do servidor, 486
  - 13.4.2 Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas, 487
  - 13.4.3 Condições de ingresso, 488
  - 13.4.4 Sistema remuneratório dos servidores públicos, 491
    - 13.4.4.1 Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento, 492

- 13.4.4.2 Regime de subsídios, 495
  - 13.4.4.2.1 Agentes públicos em regime de subsídio, 497
  - 13.4.4.2.2 Competência para fixação e alteração dos subsídios, 498
  - 13.4.4.2.3 Subsídios para os servidores organizados em carreira, 499
- 13.4.4.3 Normas comuns à remuneração e aos subsídios, 500
  - 13.4.4.3.1 Fixação e alteração da remuneração e do subsídio, 500
  - 13.4.4.3.2 Teto das remunerações e subsídios, 501
  - 13.4.4.3.3 Irredutibilidade de remuneração e subsídio, 505
- 13.4.5 Direito de greve e de livre associação sindical, 506
- 13.4.6 Proibição de acumulação de cargos, 509
- 13.4.7 Aposentadoria, 512
  - 13.4.7.1 Regime previdenciário, 512
  - 13.4.7.2 Princípios da reforma previdenciária, 513
  - 13.4.7.3 Regimes previdenciários diferenciados, 515
  - 13.4.7.4 Modalidades de aposentadoria, 520
  - 13.4.7.5 Valor dos proventos de aposentadoria e pensões, 526
  - 13.4.7.6 Disposições transitórias, 527
  - 13.4.7.7 Previdência complementar, 531
  - 13.4.7.8 Contagem de tempo para aposentadoria, 532
  - 13.4.7.9 Aspectos polêmicos da reforma previdenciária, 534
- 13.4.8 Estabilidade, 550
- 13.4.9 Afastamento para exercício de mandato eletivo, 554
- 13.4.10 Direitos sociais, 554
- 13.4.11 Limites de despesa com pessoal, 555
- 13.5 Provento, 559
- 13.6 Vacância, 563
- 13.7 Direitos e deveres, 564
- 13.8 Responsabilidade, 566
  - 13.8.1 Responsabilidade civil, 566
  - 13.8.2 Responsabilidade administrativa, 568
  - 13.8.3 Responsabilidade penal, 569
  - 13.8.4 Comunicabilidade de instâncias, 570

## **14 PROCESSO ADMINISTRATIVO, 576**

- 14.1 Processos estatais, 576
- 14.2 Processo administrativo, 577
- 14.3 Processo e procedimento, 578
- 14.4 Modalidades, 579
- 14.5 Princípios, 582
  - 14.5.1 Princípio da publicidade, 582
  - 14.5.2 Princípio da oficialidade, 583
  - 14.5.3 Princípio da obediência à forma e aos procedimentos, 584
  - 14.5.4 Princípio da gratuidade, 585
  - 14.5.5 Princípio da ampla defesa e do contraditório, 585
  - 14.5.6 Princípio da atipicidade, 587
  - 14.5.7 Princípio da pluralidade de instâncias, 587
  - 14.5.8 Princípio da economia processual, 588
  - 14.5.9 Princípio da participação popular, 589
- 14.6 Processo administrativo disciplinar, 591
- 14.7 Processo sumário, 593
  - 14.7.1 Sindicância, 593
  - 14.7.2 Verdade sabida, 594



**15 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO, 595**

- 15.1 Delimitação do tema, 595
- 15.2 Evolução, 596
  - 15.2.1 Teoria da irresponsabilidade, 597
  - 15.2.2 Teorias civilistas, 597
  - 15.2.3 Teorias publicistas, 598
- 15.3 Direito positivo brasileiro, 600
- 15.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade, 602
- 15.5 Responsabilidade do Estado por atos legislativos, 603
- 15.6 Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, 605
- 15.7 Reparação do dano, 608

**16 BENS PÚBLICOS, 611**

- 16.1 Evolução, 611
- 16.2 Classificação, 612
- 16.3 Bens do domínio público do Estado, 614
  - 16.3.1 Conceito, 614
  - 16.3.2 Natureza jurídica, 616
  - 16.3.3 Modalidades, 617
  - 16.3.4 Regime jurídico, 618
- 16.4 Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais, 620
  - 16.4.1 Conceito, 620
  - 16.4.2 Características, 620
  - 16.4.3 Regime jurídico, 621
- 16.5 Alienação, 626
  - 16.5.1 Alienação dos bens de uso comum e de uso especial, 626
  - 16.5.2 Alienação dos bens dominicais, 627
- 16.6 Uso de bem público por particular, 631
  - 16.6.1 Uso normal e uso anormal, 631
  - 16.6.2 Uso comum, 632
  - 16.6.3 Uso privativo, 634
    - 16.6.3.1 Conceito e características, 634
    - 16.6.3.2 Instrumentos estatais de outorga de uso privativo, 636
    - 16.6.3.3 Autorização, permissão e concessão, 636
    - 16.6.3.4 Institutos de direito privado, 641
    - 16.6.3.5 Tutela do uso privativo, 647
- 16.7 Formação do patrimônio público, 649
- 16.8 Bens públicos em espécie, 652
  - 16.8.1 Direito positivo, 652
  - 16.8.2 Terrenos reservados, 652
  - 16.8.3 Terrenos de marinha e seus acréscidos, 655
  - 16.8.4 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, 656
  - 16.8.5 Terras devolutas, 657
    - 16.8.5.1 Evolução da propriedade rural no Brasil, 657
    - 16.8.5.2 Conceito e natureza jurídica, 660
    - 16.8.5.3 Titularidade, 661
    - 16.8.5.4 Processo de discriminação, 662
  - 16.8.6 Faixa de fronteira, 664
  - 16.8.7 Ilhas, 664
  - 16.8.8 Águas públicas, 665
  - 16.8.9 Minas e jazidas, 667
    - 16.8.9.1 Conceito, 667
    - 16.8.9.2 Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas, 667
    - 16.8.9.3 Evolução no direito brasileiro, 668

- 16.8.9.4 Sistema atual, 668
- 16.8.9.5 Regime de exploração, 669

## 17 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 671

- 17.1 Conceito e abrangência, 671
- 17.2 Espécies, 672
- 17.3 Controle administrativo, 673
  - 17.3.1 Conceito e alcance, 673
  - 17.3.2 Recursos administrativos, 674
    - 17.3.2.1 Conceito, efeitos e fundamento, 674
    - 17.3.2.2 Modalidades, 676
    - 17.3.2.3 Coisa julgada administrativa, 682
    - 17.3.2.4 Prescrição administrativa, 682
- 17.4 Controle legislativo, 685
  - 17.4.1 Alcance, 685
  - 17.4.2 Controle político, 685
  - 17.4.3 Controle financeiro, 687
- 17.5 Controle judicial, 689
  - 17.5.1 Sistema de unidade de jurisdição, 689
  - 17.5.2 Limites, 689
  - 17.5.3 Privilégios da administração pública, 691
  - 17.5.4 Meios de controle, 698
    - 17.5.4.1 *Habeas corpus*, 699
    - 17.5.4.2 *Habeas data*, 700
    - 17.5.4.3 Mandado de injunção, 703
      - 17.5.4.3.1 Controvérsias quanto à origem, 703
      - 17.5.4.3.2 Controvérsias quanto ao objeto, 705
      - 17.5.4.3.3 Nossa opinião, 706
      - 17.5.4.3.4 Pressupostos, 707
      - 17.5.4.3.5 Competência, 708
    - 17.5.4.4 Mandado de segurança individual, 708
      - 17.5.4.4.1 Origem, 708
      - 17.5.4.4.2 Conceito e pressupostos, 709
      - 17.5.4.4.3 Restrições, 713
      - 17.5.4.4.4 Anotações quanto ao processo, 717
      - 17.5.4.4.5 Prazo, 722
    - 17.5.4.5 Mandado de segurança coletivo, 723
    - 17.5.4.6 Ação popular, 727
      - 17.5.4.6.1 Evolução, 727
      - 17.5.4.6.2 Conceito e pressupostos, 728
      - 17.5.4.6.3 Sujeito ativo e passivo, 731
      - 17.5.4.6.4 Posição do Ministério Público, 732
      - 17.5.4.6.5 Objeto, 734
      - 17.5.4.6.6 Anotações quanto ao processo, 735
    - 17.5.4.7 Ação civil pública, 736
      - 17.5.4.7.1 Origem e evolução, 736
      - 17.5.4.7.2 Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo, 738
      - 17.5.4.7.3 Pressupostos e conceito, 738
      - 17.5.4.7.4 Sujeito ativo e passivo, 740
      - 17.5.4.7.5 Funções do Ministério Público, 740
      - 17.5.4.7.6 Objeto, 741
      - 17.5.4.7.7 Anotações quanto ao processo, 742

**18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 743**

18.1 Legalidade, moralidade e probidade, 743

18.2 Evolução no direito positivo, 746

18.3 Lei de improbidade administrativa, 750

18.3.1 Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível, 750

18.3.2 Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa, 752

18.3.3 Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa, 753

18.3.3.1 Sujeito passivo, 753

18.3.3.2 Sujeito ativo, 755

18.3.3.3 Ocorrência de ato danoso, 759

18.3.3.4 Elemento subjetivo: dolo ou culpa, 762

18.3.4 Sanções, 763

18.3.5 Procedimento administrativo, 765

18.3.6 Ação judicial de improbidade administrativa, 766

*Bibliografia, 769**Índice remissivo, 777*